



TRIBUNAL SUPERIOR DE RECURSO DE MAPUTO

6ª SECÇÃO-CRIMINAL

Recurso Penal

Processo nº: 50/2023

Recorrente: Ministério Público

Recorrido: Sexta Secção do T.J.Cidade de Maputo

Sumário:

- I. A prática de crime de roubo por dois agentes, com uso de uma arma e em conjugação de esforços, configura co-autoria, sendo imputáveis a ambos os actos praticados no contexto da acção conjunta, ainda que apenas um deles tenha utilizado a arma ou que o outro agente não tenha sido identificado ou capturado.
- II. Em sede de recurso obrigatório, não é admissível a agravação da situação jurídica do arguido, em observância ao princípio da “reformatio in pejus”, previsto no artigo 463 do Código do Processo Penal de 2019.
- III. A qualificação do crime de roubo como cometido em lugar isolado, conforme previsto na alínea a) do nº 1 do artigo 280 do Código Penal de 2019, exige prova concreta de que no local dos factos não havia circulação de pessoas, não sendo suficiente a mera suposição com base na simples localização.
- IV. Havendo concurso de circunstâncias qualificativas que agravem a pena do crime de roubo, nos termos do artigo 280 do Código Penal de 2019, apenas a mais grave pode ser considerada para efeitos de qualificação especial do crime. As demais circunstâncias devem ser apreciadas como se fossem de carácter geral, conforme o previsto no artigo 121, nº 2 do mesmo diploma legal.

- V. A atenuante 1ª - bom comportamento anterior – do artigo 45 do Código Penal não é aplicável quando o arguido possui antecedentes criminais ou não demonstra conduta anterior exemplar e acima da média.
- VI. O tribunal tem o dever de se pronunciar quanto ao destino dos bens apreendidos no processo, ainda que os mesmos não integrem o objecto da acusação.
- VII. A posse não autorizada de estupefaciente e de objecto que represente risco para a segurança pública (como fragmentos de lâmina) impõe a sua perda a favor do Estado e subsequente destruição, nos termos legais.

Palavras-chave: co-autoria, proibição da “reformatio in pejus”, lugar isolado, concurso de circunstâncias qualificativas, bom comportamento anterior, destino dos bens apreendidos.

Acórdão

Acordam, em conferência, os juízes da 6ª Secção do Tribunal Superior de Recurso de Maputo:

Na sexta secção criminal do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, respondeu o arguido **JAM**, devidamente identificado nos autos, acusado da prática do crime de roubo qualificado, previsto e punido pelas disposições conjugadas dos artigos 279, nº 1, al. a) e artigo 280, nº 1, als. a) e c), ambos do Código Penal de 2019. A acusação indicou como circunstâncias agravantes as previstas nas alíneas 9ª (surpresa), 17ª (lugar deserto) e 27ª (com superioridade em razão de armas), do artigo 40, e como circunstâncias atenuantes as das alíneas 1ª (bom comportamento anterior) e 9ª (espontânea confissão), do artigo 45, também do Código Penal.

Por sentença proferida em 31 de Agosto de 2022, o arguido foi condenado pela prática, na qualidade de autor material, do crime de roubo agravado, previsto e punido pelas disposições conjugadas dos artigos 279, nº 1 e 280, nº 1, als. a) e c), do mesmo Código, na pena de 12 anos de prisão, bem como no pagamento de 400,00Mt de imposto de justiça, 1.500,00Mt de emolumentos a favor da defesa e 29.000,00Mt de indemnização por danos patrimoniais a favor do ofendido C.A.M.

Foram indicadas as circunstâncias agravante 9ª (surpresa) do artigo 40, e atenuantes 1ª (bom comportamento anterior), 9ª (espontânea confissão) e 19ª (natureza reparável do dano causado) do artigo 45, ambos do Código Penal.

O Tribunal recorrido deu como provados os seguintes factos:

*“1. No dia 30 de Julho de 2021, cerca das 16 horas, o arguido **JAM**, devidamente identificado, e seu comparsa identificado apenas Cófio, se disfarçando de mendigos, interpelaram o ofendido **CAM**, vítima dos autos, que na altura encontrava-se no recinto do Jardim Zoológico, nesta Cidade de Maputo;*

2. O arguido e seu comparsa ora a monte, com recurso a um instrumento cortante agrediram o ofendido, atingindo-o na região da barriga, tendo perdido os sentidos;

3. Em seguida se apoderaram de dois telemóveis, sendo um de marca Samsung avaliado em 12.000,00Mt (doze mil meticais) e outro de marca Tecno avaliado em 17.000,00Mt (dezassete mil meticais) e puseram-se em fuga;

4. Prosseguindo no tempo, devido as diligências realizadas na área do Jardim, foi possível neutralizar o arguido, e o seu comparsa se apercebendo da detenção deste, pôs-se em fuga para parte incerta;

5. Os bens acima indicados pertencentes ao ofendido não foram recuperados;

6. O arguido e seu comparsa ao se apoderarem dos bens do ofendido, como inequivocamente o fizeram, sabiam serem alheios e queriam integrá-los na respectiva esfera patrimonial, contra a vontade desta;

7. Agiu o arguido em conjugação de esforços com seu comparsa, deliberada, livre e conscientemente;

8. O arguido e seu comparsa ao assim procederem, conheciam perfeitamente que tal conduta não era permitida e por isso censurável juridicamente.”

Desta decisão, o Ministério Público, que com ela concorda, recorreu por dever de ofício nos termos das disposições dos artigos 454, 459, 460, nº 1, al. a) e 466, n. 1, al. a), todos do CPP de 2019.

A Digníssima Sub-Procuradora-Geral da República junto deste tribunal concorda com a sentença e, por isso, é de parecer que a mesma seja mantida.

Tudo visto, importa apreciar e decidir:

Considerando que se trata de recurso obrigatório, interposto pelo Ministério Público por força das disposições acima referidas, cumpre-nos conhecer da matéria de facto e de direito contidas na sentença ora recorrida.

Analizados os autos, confirmam-se os factos dados como provados no acórdão ora recorrido, no sentido de que o arguido e mais um outro indivíduo, a monte, conhecido por Cofió, interpelaram o ofendido Cartone Alexandre Mabote no interior do Jardim Zoológico e, com recurso a um instrumento contundente, não identificado, apoderaram-se de dois telemóveis, causando um prejuízo no valor de 29.000,00Mt. Os bens não foram recuperados.

O arguido assumiu a sua participação na subtracção dos telemóveis, confissão essa que se mostra corroborada pelos depoimentos do ofendido **CAM** (fls. 21 e 82 a 83). Negou, contudo, a prática de violência e o uso do instrumento contundente (por si descrito como uma arma branca), imputando tal conduta ao seu co-autor Cofió (fls. 14, 23, 73). Não obstante, a ausência de qualquer reacção de surpresa perante a utilização da arma permite concluir que o arguido tinha conhecimento prévio da sua existência.

Importa sublinhar que, em contexto de actuação conjunta e concertada, os actos praticados por um dos co-autores são imputáveis a todos os intervenientes, ainda que não tenham executado directamente cada uma das condutas.

No caso em análise, o arguido responde pelo uso da arma, embora não a tenha manuseado pessoalmente. Ou seja, a circunstância do uso da arma a ele se comunica, na qualidade de participante, e, portanto, devia ter sido considerada como agravante na decisão recorrida. Contudo, em razão do princípio da *reformatio in pejus* (artigo 463 do CPP), não é possível agravar a conduta do arguido nesta fase do processo, diante de um recurso obrigatório.

A primeira instância qualificou a conduta do arguido como de roubo agravado, previsto no artigo 279, nº 1 e punido pelo artigo 280, nº 1, als. a) – lugar isolado e c) – cometido por duas pessoas, ambos do Código Penal. Contudo, não se provou e nem resulta dos autos que o lugar onde o crime foi cometido fosse isolado, ou seja, que não tivesse movimento de outras pessoas, devendo, por isso, ser afastada essa circunstância.

Entretanto, mesmo que se mostrasse provada a existência daquela circunstância qualificadora do crime de roubo, apenas uma das indicadas no artigo 280 do Código Penal podia ser considerada, em face do disposto no artigo 121, nº 2 do CP, segundo o qual “no concurso de circunstâncias qualificativas que agravam a pena do crime em medida especial e expressamente

considerada na lei, só terá lugar a agravação resultante da circunstância qualificativa mais grave, apreciando-se as demais circunstâncias dessa espécie como se fosse de carácter geral”.

Assim, os factos dados como provados integram o crime de roubo agravado, previsto e punido pelas disposições conjugadas dos artigos 279, nº 1 e 280, nº 1, al. c) – crime cometido por duas pessoas, ambos do Código Penal de 2019.

Quanto às circunstâncias atenuantes, importa referir que a sentença recorrida deu como provada a atenuante 1ª (bom comportamento anterior) do artigo 45 do CP, o que não encontra respaldo nos autos, uma vez que o próprio arguido declarou, a fls. 23, ter sido condenado anteriormente a quatro anos e seis meses de prisão por crime de roubo, em 20 de Maio de 2014. Mas, mesmo na ausência de antecedentes criminais, para que seja considerada tal atenuante, exige-se que o arguido, antes do crime em causa, tenha tido um comportamento exemplar acima da média, o que não se verifica.

Assim, devem ser consideradas, como atenuantes aplicáveis, apenas as das alíneas 9.ª (espontânea confissão) e 19.ª (natureza reparável do dano causado), do artigo 45 do Código Penal.

Considerando as circunstâncias agravantes e atenuantes, a pena de 12 anos de prisão fixada na decisão recorrida mostra-se adequada e proporcional, atendendo aos fins da prevenção geral e especial, incluindo as demais condenações.

O tribunal não se pronunciou quanto ao destino da bolinha de *cannabis sativa* e dos dois pedaços da mesma lâmina apreendidos, conforme consta do auto de apreensão e do termo de entrega de fls. 08 e 41. Embora o Ministério Público tenha omitido a referência ao estupefaciente e à lâmina na acusação, estes devem ser considerados perdidos a favor do Estado, estando sujeitos à destruição, uma vez que não há autorização para a posse da substância, além disso, a lâmina representa um risco à segurança pública.

Nestes termos e pelo exposto, o colectivo de Juízes Desembargadores da Sexta Secção do Tribunal Superior de Recurso de Maputo acorda em confirmar, com as rectificações supra referidas, a sentença recorrida, e, ainda, declarar perdidos a favor do Estado os bens apreendidos, designadamente uma bolinha de *cannabis sativa* e dois pedaços de lâmina, determinando-se a sua destruição nos termos legais.

Sem custas.

Maputo, 08 de Abril de 2025

Vitalina do Carmo Papadakis (Relatora)

Luís Mabote Júnior

Fernando Fenias Bila